



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO TOCANTINS: reflexões sobre cursos na modalidade à distância

RODRIGO MAMÉDIO DE LIMA ¹
RAÍ VIEIRA SOARES ²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as diretrizes que orientam os cursos de Serviço Social na modalidade EaD do estado do Tocantins. Orientado pelo método crítico-dialético, foram utilizadas como técnicas de pesquisa a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Evidencia-se a expansão dos cursos EaD no Tocantins a partir da análise da metodologia de ensino e organização curricular dos cursos de Serviço Social da Anhanguera/UNIDERP e UNIP. A análise aponta que o ensino nessas instituições se contrapõe à proposta de formação profissional em Serviço Social preconizada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Ensino à distância.

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo

1 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Do Tocantins

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade De Brasília/universidade Federal Do Tocantins

analizar las directrices que orientan los cursos de Trabajo Social en la modalidad de educación a distancia en el estado de Tocantins. Guiados por el método crítico-dialéctico, se utilizaron como técnicas de investigación la investigación bibliográfica y el análisis de documentos. La expansión de los cursos de educación a distancia en Tocantins es evidente a partir del análisis de la metodología de enseñanza y organización curricular de los de la Anhanguera/UNIDERP y UNIP. El análisis muestra que la docencia en estas instituciones se opone a la propuesta de formación profesional preconizada por las Directrices Curriculares de la ABEPSS de 1996.

Palabras clave: Trabajo social; Formación profesional; La educación a distancia.

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos esta discussão destacando que o estado do Tocantins foi o último da federação brasileira a ser criado já em 1988 juntamente com a Constituição Federal. Assim como o estado, foi também nesta época que surgiu o primeiro curso de Serviço Social. Marcos da história em pleno desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil e de uma forte contrarreforma do Estado com reflexos no ensino superior no período seguinte.

Reflexos que segundo as autoras, Santos, Rodrigues e Burginski (2020, p. 384), faz parte de “[...] um contexto de crise estrutural e política do capital e de contrarreforma do Estado”. Elas destacam ainda que a “[...] expansão do ensino superior atende aos interesses econômicos, sobretudo, com a expansão acelerada do ensino à distância, que intensifica o aligeiramento da formação profissional”. Tudo isso acaba mostrando aquilo que já discutimos noutros momentos de que o aligeiramento da formação acarreta sérias consequências aos profissionais, aos estudantes que estão envolvidos nesta modalidade de ensino à distância. Um aligeiramento que não condiz com a defesa das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

de 1996, muito menos com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social construído desde os anos de 1970.

Diante deste contexto acima elucidado é que surge o estado do Tocantins e os primeiros cursos de Serviço Social justamente neste marco de contrarreforma e crise estrutural e política do capital. No âmbito da educação superior, o capital privado sempre teve forte participação na expansão das universidades brasileiras, principalmente no que tange o ensino à distância, a participação direta na abertura de cursos e, sobretudo, no processo de privatização, um dos eixos essenciais e defesa do capital privado, que aproveita os momentos de crises do capital e de contrarreforma para lucrar.

Usa-se o discurso de “inclusão” e “democratização” para justificar a expansão significativa de cursos, na sua maioria sem qualidade, sem compromisso e sem a devida “[...] conformação das Diretrizes Curriculares como resultado de um amplo esforço teórico do conjunto da categoria profissional [...]”, (SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020, p. 386). Ou seja, essa falsa ideia de “inclusão” e “democratização” vem atender somente a lógica do capital, os grandes conglomerados empresariais. Empresas que se apropriam do apoio de governos, seja com isenções fiscais, seja com o perdão de dívidas, ou algo do tipo, para aderir a programas de incentivos a “inclusão” de estudantes no ensino superior, em cursos privados, tanto nas modalidades presenciais quanto à distância.

Esta lógica se aprimorou principalmente a partir dos anos de 1990 no Brasil, com forte apoio dos governos de Collor, FHC, do PT, de Temer e atualmente do governo de Bolsonaro. Atender a lógica do mercado é uma das razões defendidas para a expansão do ensino superior no Brasil. É nesta lógica que os cursos de Serviço Social no Tocantins surgem. Surgem diante de um processo de contrarreforma que a “certificação” de diplomas justifica qualquer ato de “inclusão” e “democratização” de acesso ao ensino superior. O que acreditamos ser um grande equívoco de quem defende essa lógica de massificação de diplomas, que na sua maioria não considera a qualidade do ensino, da formação, o que vai refletir diretamente na qualidade dos atendimentos e, sobretudo, no caso dos profissionais do Serviço Social, na garantia do acesso aos direitos sociais aos usuários dos

serviços.

De fato, esta justificativa para estimular o ingresso de discentes no ensino superior cabe uma reflexão crítica, primeiro porque é preciso avaliar as condições destas instituições, se é que existem, pois, muitas vezes o estudante pode estudar por meio de um computador ou de um celular em qualquer lugar que lhe ofereça internet, sem que necessariamente, tenha a necessidade de ter um ambiente apropriado, uma sala de aula, um laboratório. Estas são algumas das características presentes nestas instituições privadas que oferecem o ensino, e deixam a desejar no quesito “formação”, ficando a critério de cada estudante.

Esta lógica de ensino defendida contemporaneamente compromete diretamente a formação em Serviço Social, aquele orientado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, “[...] rebatendo sobre a efetivação dos princípios ético-políticos, propostos pela categoria de assistentes sociais, no que tange à formação e ao exercício profissional”. (CELESTINO, 2016, p. 207). São formações aligeiradas, sem qualidade, sem uma relação direta aluno-professor, aluno-aluno. O que enfraquece o processo de ensino-aprendizagem e compromete a formação e o exercício profissional conforme salientado pela autora acima.

É dentro deste movimento de contrarreforma do ensino superior que o estado do Tocantins e conseqüentemente, os primeiros cursos de Serviço Social surgem e de expansão de cursos na modalidade EaD. Para contribuir neste processo, faremos referência aos trabalhos de Cariaga e Silva (2016); Celestino (2016); Santos, Rodrigues e Burginski (2020); além de outros documentos e informações públicas das instituições, artigos que fizerem necessários e que venha contribuir com essa discussão, que a nosso ver, é de grande importância para compreendermos melhor o processo histórico de formação dos primeiros cursos de Serviço Social no Tocantins, o mais novo estado da federação.

2 RAÍZES DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL NO TOCANTINS

A criação do Tocantins bem como o surgimento dos primeiros cursos de Serviço Social situa-se dentro do contexto de contrarreforma do Estado a partir dos anos de 1988/1990, convivendo com iniciativas de governos de “[...] cunho

clientelista, patrimonialista e personalista.” (SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020, p. 390). As autoras citadas acima esclarecem que a criação do mais novo estado do Brasil – Tocantins –, deu-se a partir de reivindicações seculares de políticos, a exemplo do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, além de comunidades que já viviam na região, movimentos sociais e sociedade civil. Porém, estes últimos foram “ocultados” pela mídia, pela imprensa da época, que delegou apenas à figura política de Siqueira Campos, à construção do estado.

Até 2020, o Tocantins contava com uma população estimada de aproximadamente 1 milhão e meio de pessoas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Um estado com pouco menos de 33 anos de história e que abraça diferentes povos, tradições e costumes populares, tendo a capital, Palmas como uma das poucas capitais planejadas do país.

Conforme sinalizado pelas autoras, Santos, Rodrigues e Burginski (2020, p. 390-391), “[...] o entendimento do Tocantins de deixar de pertencer a Região Centro-Oeste e passar a pertencer à Região Norte do país, está ligada a estratégia econômica e política de exploração da Amazônia Legal”. Assim, podemos considerar que os interesses das elites locais foram fundamentais para o desmembramento do Tocantins do então Norte de Goiás, tendo como já frisamos o personalismo político de Siqueira Campos.

Com o aumento das expressões da questão social no bojo do chamado “crescimento econômico” brasileiro, em especial, o do estado do Tocantins, que se apropriou do fundo público para se expandir no processo de construção de obras públicas, bem como ampliando sua rede de serviços à população, vai com isso acirrando também as desigualdades sociais, aumentando a pobreza, a violência, o que passa a demandar serviços na área de saúde, segurança, educação e assim por diante.

Com isso, passam a pensar na criação de cursos voltados para a formação de profissionais do Serviço Social para mediar essas questões que de certa forma abala as estruturas do desenvolvimento capitalista, do agronegócio como parte

dessa construção do Tocantins. O estado passa assim, a perceber a necessidade de fazer a mediação entre a classe trabalhadora e o próprio estado. Diante do exposto acima, pontuamos que:

A criação das universidades e dos cursos de Serviço Social no estado do Tocantins visam atender diretamente às demandas que requisitam a atuação de assistentes sociais, diante do acirramento das expressões da questão social geradas pelas contradições do próprio desenvolvimento capitalista nessas paragens. [...]. O primeiro curso de Serviço Social do Tocantins foi criado pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), primeira universidade de caráter confessional a se instalar na capital em 1992, mantida pela Comunidade Protestante Luterana de São Paulo e ligada à Igreja Protestante Luterana do Brasil. (SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020, p. 393-394).

Temos então, conforme as autoras acima mencionadas, a criação do primeiro curso de Serviço Social no estado do Tocantins, que nasce com o objetivo de fomentar a inserção de assistentes sociais para lidar com as contradições geradas pelo acirramento das expressões e manifestações da questão social, no campo e na cidade, que naquele momento estava ganhando força em razão do próprio desenvolvimento capitalista do estado.

Criado em 1992, o primeiro curso de Serviço Social presencial ofertado pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), teve sua autorização de funcionamento a partir dos anos 2000, com reconhecimento em 2008. Temos então que, “[...] entre 2000 a 2005, o CEULP/ULBRA foi o único curso de Serviço Social do estado na modalidade presencial [...]” (SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020, p. 394), mas que devido ao acúmulo de dívidas tanto trabalhistas quanto determinações judiciais, levaram a penhora dos seus estabelecimentos de ensino, sendo leiloado e arrematado por mais de R\$ 1 bilhão de reais, pelo grupo Glory Top de Hong Kong, China, em 2018.

Neste meio tempo, foi solicitada junto ao Ministério da Educação (MEC), a desativação/extinção do curso de Serviço Social na modalidade presencial, ofertado pelo CEULP/ULBRA, conforme Processo SEI nº 23000.048402/2016-66, como consta na Plataforma do e-MEC, consultado em 25/05/2021.

Além do CEULP/ULBRA, a segunda instituição de Ensino Superior a ofertar o curso de Serviço Social foi a Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas (FIESC), em 2006, no município de Colinas do Tocantins, na modalidade presencial, por meio do “[...] decreto estadual nº 2.628 de 03 de janeiro de 2006, mas extinto

pela Portaria SERES/MEC 323, de 8 de julho de 2019.” (SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020, p. 394).

A Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), criada em 1990, que por ser estadual, acabou historicamente sofrendo inúmeras alterações internas por diferentes governos que assumiram o poder ao longo da história do Tocantins. A UNITINS acabou sendo objeto de disputas de governos ao longo dos seus anos de funcionamento. Já em 2006, a UNITINS criou o primeiro curso de Serviço Social na modalidade EaD no Brasil, um marco histórico e que abria as portas para a implantação desta modalidade de ensino em todo o país, não somente na área de Serviço Social.

A UNITINS tem como uma de suas características o processo de interiorização multicampi, sendo uma instituição marcada por pressões e barganhas políticas, já que cada gestor que assume o governo estadual acabava interferindo no seu processo institucional, conforme já enfatizamos. Em 2004, quando já estava regulamentado o EaD na UNITINS, ela passa a ter um crescente ingresso de estudantes em seus diferentes *campi* e cursos, a exemplo de 2004/2, quando a instituição contava com 6.715 alunos, passando para 101.834, em 2007/2, mostrando o potencial do EaD (SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020).

Outra instituição de ensino superior proposta para o mais recente estado do país, foi a Universidade Federal do Tocantins (UFT), que segundo Celestino (2016, p. 216), “[...] fora proposta pela Lei nº 12.032/2000, a partir da incorporação de cursos transferidos pela UNITINS. No entanto, a instituição federal só entraria em funcionamento no ano de 2003, após a proposição de seu Estatuto”.

Atualmente, a UFT possui 5 *campi*, a saber (Miracema, Palmas, Porto Nacional, Gurupi e Arraias). Hoje são 5, porém, eram 7 quando até 2019, os *campi* de Araguaína e Tocantinópolis faziam parte da UFT, e agora pertencem à nova Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Dito isto, fazemos uma breve alusão ao Campus de Miracema que em 2006, por meio da Resolução do Consepe/UFT, nº 6, de 24 de maio, criou o curso de Serviço Social na modalidade presencial, tendo suas atividades iniciadas em agosto de 2007, na cidade de Miracema do Tocantins. O seu reconhecimento se deu por meio da Portaria nº 487,

de 20/12/2011(SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020). Ademais,

Cabe destacar que em relação às diretrizes curriculares, o curso de Serviço Social da UFT também enfrentou dificuldades. [...]. A comissão composta por docentes da área diagnosticou que o PPC não atendia às Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 e a decisão pela sua reformulação, antes de graduar a primeira turma de assistentes sociais teve que ser minuciosamente justificada, em função das resistências internas da universidade. [...]. O curso de Serviço Social da UFT é o primeiro curso público do estado e o terceiro da região norte em universidades federais. (SANTOS; RODRIGUES; BURGINSKI, 2020, p. 398-399).

Mesmo diante dos obstáculos e dificuldades, foi criada uma comissão no qual o corpo docente, do recém criado curso, se empenharam para discutir e criar um Projeto Pedagógico Curricular (PPC) para o Serviço Social, dentro das orientações preconizadas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, pontuando que tais diretrizes tem como pressuposto fundamental uma formação profissional que “[...] expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, estabelecendo parâmetros para inserção profissional crítica na realidade socioinstitucional.” (ABEPSS, 1996, p. 7). Isso mostra compromisso com a formação e a defesa de um trabalho construído coletivamente no curso da história da categoria. Para Cariaga e Silva (2016, p. 87), “as Diretrizes, além de anunciarem, também demarcam a base da formação e apontam os princípios definidos como aporte para a formação profissional”.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 tornam-se orientações e direcionamentos de uma formação profissional de qualidade e comprometida com a ética, com pesquisa que requer um rigor teórico, histórico e metodológico da profissão, fazendo com que os sujeitos envolvidos neste processo compreendam o seu espaço de trabalho, consigam visualizar numa totalidade, as relações de produção e reprodução da vida social e com isso consigam fazer uma leitura da realidade de forma crítica e propositiva.

Portanto, após esta breve apresentação do contexto de surgimento do curso de Serviço Social no Tocantins, tanto na modalidade presencial quanto à distância, nos possibilita observar que no curto tempo que a UNITINS ofertou, mesmo cobrando mensalidades de seus cursos, vimos que o EaD teve um forte crescimento no número de ingressantes, o que coloca em atenção a qualidade do ensino e da

formação profissional.

Dentro da lógica mercantil de se fazer e vender a educação superior, não se pode negar que o crescimento de cursos por meio do EaD torna-se uma saída lucrativa para o mercado educacional privado, o que não é diferente dentro do estado do Tocantins, que mesmo tendo menos de 33 anos, acabou abrindo as portas para este tipo de ensino, com o incentivo de governos municipais, estaduais e federais, principalmente a partir dos anos 2000 até o presente momento.

3 SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE À DISTÂNCIA NO TOCANTINS

Tendo realizado uma breve contextualização do surgimento dos cursos de Serviço Social no Tocantins, tanto na modalidade presencial quanto à distância, que é o nosso objeto de estudo, podemos destacar que até 2021, segundo informações disponibilizadas na Plataforma do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), são 31 instituições de ensino superior que ofertam o curso de Serviço Social no estado do Tocantins, tanto na modalidade presencial quanto à distância, sendo que destas 31 IES, 3 são presenciais, sendo 2 públicas (01 federal e 1 estadual), 1 presencial privada e 1 semi presencial privada, por meio da modalidade *flex*; além de 27 privadas na modalidade ensino à distância.

Vamos tecer a partir de agora algumas breves considerações acerca da realidade de duas instituições privadas que ofertam o Curso de Serviço Social por meio da modalidade à distância – em particular, a Anhanguera (UNIDERP) e Universidade Paulista (UNIP). A escolha destas duas instituições se justifica pelo fato de serem as instituições de ensino à distância com maior número de vagas autorizadas anualmente e que tem polos no estado do Tocantins em diferentes cidades.

Apenas a título de informação, segundo dados da Plataforma e-MEC, a Anhanguera disponibiliza ao todo cerca de 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) vagas autorizadas anualmente, com polos de atendimento à distância em Araguaína (TO) e Lagoa da Confusão (TO). Por sua vez, a Universidade Paulista (UNIP) disponibiliza 73.260 (setenta e três mil duzentas e sessenta) vagas anualmente, tendo polos em: Araguaína, Araguatins, Augustinópolis, Gurupi, Palmas / Polos I, III

e IV, Paraíso do Tocantins e Tocantinópolis.

São vagas que se observarmos, torna-se exponencialmente expressiva se compararmos com as 80 vagas disponibilizadas pela UFT – Câmpus de Miracema; as 100 vagas ofertadas pela Faculdade ITOP (Palmas/TO) ou as 80 vagas ofertadas anualmente pela Universidade do Tocantins (UNITINS) (Palmas/TO), sendo a primeira de nível federal e ensino presencial; a segunda privada e presencial e a última pública de nível estadual e presencial.

Para análise dos dados referentes às instituições (Anhanguera e UNIP), buscamos realizar uma pesquisa no *site* do Ministério da Educação, especificamente na Plataforma e-MEC, que apresenta o histórico situacional e atual de todas as Instituições de Ensino Superior do Brasil, seja esta privada, pública, presencial ou à distância. Com isso, observamos que por meio dos dados apresentados na Plataforma, as duas instituições somam ao todo 90.060 (noventa mil e sessenta) vagas para o curso de Serviço Social, vagas anuais e distribuídas em diferentes municípios do Brasil e conseqüentemente, em cidades do Tocantins, como já frisamos.

No intuito de problematizar a perspectiva de formação profissional em Serviço Social, a partir da modalidade de ensino à distância, buscamos analisar todo o documento intitulado *Guia de Percurso do Curso de Serviço Social*, da Anhanguera/UNIDERP³, que segundo Silva (2016, p. 151) essa denominação “[...] corresponde à proposta político-pedagógica de formação profissional EaD”. Além disso, realizamos uma análise no *site* eletrônico da Universidade Paulista (UNIP), uma vez que, a mesma não disponibiliza o documento acima mencionado, mas disponibiliza muito resumidamente algumas informações na página oficial da instituição sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC).

Para tal, buscamos a partir destas informações contidas no Guia quanto no *site* apresentar as características da metodologia de ensino que ambas apresentam, bem como tecer algumas considerações acerca da organização curricular, sempre tendo como parâmetro de análise as orientações pactuadas nas Diretrizes

³Maiores detalhes podem ser consultados no *site* da instituição disponível em: <<https://www.anhanguera.com/curso/servico-social/>>, Acesso em 01/06/2021.

Curriculares da ABEPSS de 1996, pois, acreditamos que este é o caminho para uma formação de qualidade e comprometida com o tripé: ensino, pesquisa e extensão base e sustentação de uma universidade pública, gratuita e que promova a socialização do conhecimento científico, o que não acontece no espaço destas instituições privadas e de ensino à distância.

Para tal, iniciamos nossa análise pela Universidade Anhanguera, que no seu “Guia de Percurso do Curso de Serviço Social” inicia destacando que o documento tem como proposta apresentar aos estudantes vinculados à Universidade, a metodologia dos cursos na modalidade à distância, possibilitando aos mesmos que estes compreendam como ocorrem os encontros presenciais (geralmente durante as provas e atividades indispensáveis da presença no polo), além de possibilitar ao estudante, como acontecem as relações virtuais, o processo de interação e mediação do conhecimento por meio do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

O documento em questão destaca que, “uma das bases da Educação a Distância é o potencial comunicacional e pedagógico dos ambientes virtuais de aprendizagem e a decorrente mediação didático-pedagógica com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (UNIDERP, 2018, p. 3).

Nossa primeira observação sobre esta passagem diz respeito à forma valorativa de como pensam e defendem o ensino à distância, a utilização das TIC’s como meios para garantir uma formação de qualidade. Por outro lado, não acreditamos que o uso de TIC’s garanta de fato a interatividade entre os alunos, entre professores e alunos, assim como os demais membros que compõem a estrutura da IES em cada polo.

Todavia, o que de fato ocorre é uma interação entre o estudante e computador, o estudante e celular, enfim, o meio que o mesmo utiliza para realizar os estudos disponibilizados por meio de vídeo-aulas em ambientes virtuais transmitidos via satélite em diferentes regiões do Brasil, como acontece também no Tocantins, neste caso em especial, Araguaína e Lagoa da Confusão onde estão localizados os polos da Anhanguera, na modalidade à distância.

O documento ainda destaca que a metodologia de ensino utilizada leva em

conta as necessidades dos alunos e da própria modalidade, com uso de recursos didáticos apropriados a cada realidade. Além disso, o uso de atividades síncronas e assíncronas faz parte da metodologia de ensino da instituição, que ainda pontua que a aula atividade envolve trabalho em grupo e seminários.

A construção do projeto do curso, ou este documento em questão, deixa claro que a elaboração de suas diretrizes curriculares se baseia nas orientações do Ministério da Educação, ou seja, nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação (2002), a exemplo, do curso de Serviço Social. Em momento algum pontua que a construção do projeto esteja baseada nas orientações e Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Mas, pelo menos afirmam que as legislações específicas da profissão subsidiam a construção do projeto.

O curso de Serviço Social nesta instituição de ensino superior prevê duração de 4 anos, sendo 8 semestres divididos de forma que aluno, professor – tutor – estejam se comunicando por meio de ambiente virtual, e quando necessário, presencialmente. É deixado claro que o aluno tem total responsabilidade para cumprir os prazos das atividades propostas ao longo das disciplinas. Para tal, o aluno faz jus ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que para isso, segundo a Universidade, o aluno precisa ter disciplina e saber administrar seu tempo de estudo (UNIDERP, 2018).

De acordo com o Guia aqui exposto, “[...] um aluno que opta por estudar a distância exercita a sua autonomia, administrando seu tempo para a realização das atividades propostas no curso, uma vez que ele é o centro do processo de ensino e aprendizagem.” (UNIDERP, 2018, p. 10). Ou seja, a instituição de ensino deixa claro que o aluno além de ser o centro do processo, ele tem todas as condições de conseguir realizar as atividades propostas, só precisa se dedicar e ter compromisso. Ele tem a oportunidade de explorar os pontos fortes e suas limitações, ou seja, numa perspectiva de individualização e responsabilização exclusiva dos discentes no processo de ensino-aprendizagem.

O aluno que se expõe a esta modalidade de ensino, além de ter que possuir as condições de acesso ao ambiente virtual, acesso à internet, ao material pedagógico, ele ainda enfrenta na maioria das vezes, uma jornada de 8 a 10 horas

de trabalho, o que de certa forma dificulta muito a qualidade do ensino aprendizagem e ser o centro do processo como defende a Universidade em questão, sobrecarrega ainda mais este estudante/trabalhador. Para além de ser o centro, o aluno esbarra na falta de um contato direto com os colegas de aula, com os movimentos sociais, com a falta de um debate em grupo. As dificuldades vão além do que já problematizamos, o que por esta razão, torna essa modalidade de ensino uma preocupação para a formação profissional.

Em relação aos conteúdos curriculares do Curso de Serviço Social, a Anhanguera se baseia nas Diretrizes Curriculares do MEC (2002) e, “em tese”, também nas propostas pela ABEPSS (1996). Assim, podemos observar que são considerados três núcleos de existência para a formação profissional, sendo: Núcleo de fundamentos teóricos e metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e por fim, Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Em relação à matriz curricular do curso, algumas disciplinas nos chama a atenção pelo fato de fugirem das orientações preconizadas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a exemplo de: Responsabilidade Social e Ambiental (1º Semestre); Educação à Distância (1º Semestre); Comunicação na Prática do Assistente Social (5º Semestre); Terceiro Setor, Meio Ambiente e Sustentabilidade (8º Semestre); além de 8 (oito) disciplinas de Seminário Interdisciplinar que não esclarece de fato o que é trabalhado dentro de cada uma. Apenas destaca que são realizadas discussões sobre temas atuais, complementares à formação profissional do assistente social, com ênfase na “[...]. História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.” (UNIDERP, 2018, p. 16).

São disciplinas que poderiam ser aproveitadas noutros cursos e áreas afins, mas no seio do Serviço Social fica meio sem nexos quando pensamos e defendemos uma formação crítica e de qualidade. E para isso, os núcleos de formação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 contribuem para pensar uma formação crítica, pautada na construção sócio-histórica da profissão e claro, na defesa de uma formação com qualidade e comprometida com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Fica a nossa observação para o fato de a disciplina Economia Política ser ministrada apenas no 8º semestre. Uma disciplina balizar para compreendermos o contexto sócio histórico e a crítica à Economia Política, que deveria ser pensada nos semestres iniciais do curso. Em relação ao Estágio Curricular Obrigatório, a Universidade Anhanguera pontua que o mesmo ocorrerá quando da presença do supervisor de campo, porém, não deixa clara a questão da presença do supervisor acadêmico durante esse processo de acompanhamento.

Já em relação ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a Universidade pontua que quando o TCC fizer parte do currículo do curso, esta será uma disciplina obrigatória, cabendo ao aluno no processo de pesquisa e sistematização do conhecimento, desenvolver um trabalho final que tenha relação com a formação profissional. Outra questão que nos chama a atenção, é o fato de que no documento aqui analisado, não menciona nenhuma bibliografia básica nem complementar para que possamos avaliar melhor a estrutura deste Guia para com a formação profissional em Serviço Social via EaD.

Após as considerações acima, veremos a partir de agora como se organiza a proposta curricular da Universidade Paulista (UNIP)⁴, que diferente da Anhanguera, não disponibiliza Guia e nem o Projeto Pedagógico do Curso. Porém, a mesma apresenta sucintamente num link no *site* eletrônico da instituição algumas referências ao PPC; aos Atos Regulatórios; Disciplinas; Docentes; Grade Curricular, Infraestrutura e Localidades.

Iniciamos, destacando que UNIP é uma Universidade privada com fins lucrativos e de natureza jurídica de Sociedade Empresária Limitada, com sede em São Paulo, que oferta cursos tanto na modalidade EaD quanto presencial. No caso do Serviço Social, a UNIP oferta presencialmente em Manaus (AM), Brasília (DF) e São Paulo (SP), na capital e noutros municípios do estado.

Além do ensino à distância e o presencial, a UNIP disponibiliza a modalidade “Flex”, que segundo informações disponibilizadas no *site* institucional, seria “[...] uma flexibilização do EaD, com um percentual da carga horária ministrada em sala de aula.” (UNIP, 2021), com custo mensal a partir de R\$ 100,00 (cem reais). Ou seja,

4Maiores informações podem ser obtidas no link: <https://www.unip.br/cursos/graduacao/tradicionais/servico_social.aspx#sobre>, Acesso em 01/06/2021.

cursos baratos e que a qualidade deixa a desejar se pensarmos num contexto de aligeiramento da formação, tendo em vista que é característico destas instituições ofertarem cursos aligeirados e com qualidade duvidosa.

Realizado estas considerações, vamos nos deter aos detalhes, mesmo que sucintos, do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social disponível na página da Universidade Paulista (UNIP), que, como já frisamos anteriormente, apresenta algumas poucas informações básicas como: Atos regulatórios, um pouco de contexto sobre o PPC, Disciplinas, Docentes, Grade Curricular, Infraestrutura e Localidades. O que de certa forma nos impossibilita de tecer algumas observações como realizamos sobre a Universidade Anhanguera (UNIDERP).

Do *link* disponibilizado na página oficial da UNIP, que destaca o curso de Serviço Social, nos interessa pontuar um pouco do contexto do PPC, das Disciplinas e da Grade Curricular. Ou seja, estes tópicos estão diretamente vinculados à nossa análise crítica, possibilitando que façamos algumas observações pertinentes a partir do que a instituição disponibiliza ao público.

No tópico em questão “Projeto Pedagógico do Curso (PPC)” de Serviço Social, a Universidade Paulista (UNIP) aponta que dentre os objetivos,

O curso de Serviço Social tem por finalidade formar assistentes sociais competentes e comprometidos com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades e instituições. Como profissional indispensável ao atendimento dos grandes desafios da atualidade brasileira, a formação do assistente social implica a compreensão crítica dos problemas sociais e suas relações com movimentos e demandas populares [...] (UNIP, 2021, p. 1).

A importância do papel dos assistentes sociais para com as demandas sociais vem desde a sua gênese. Isso é reflexo das desigualdades sociais ocasionadas pelo modo de produção capitalista, que mediante a exploração da classe trabalhadora, acaba intensificando as expressões e manifestações da questão social. Porém, nos chama atenção na citação anterior que a instituição não menciona questão social, mas a noção de problemas sociais.

Portanto, para que o profissional consiga fazer a mediação entre estes usuários e as expressões e manifestações da questão social que lhes permeia, ele precisa ter uma formação profissional de qualidade, crítica, propositiva e pautada no projeto ético-político comprometido com a defesa dos direitos sociais.

Neste sentido, segundo o *link* disponibilizado para o curso de Serviço Social no *site* da UNIP, são consideradas atividades principais: Promoção, prevenção e ampliação; Atenção, em especial, às camadas pauperizadas da população, garantindo a realização de direitos sociais e acesso aos serviços básicos de Saúde, Educação, Previdência Social, Habitação, entre outros; Elaboração e execução de projetos sociais nas áreas pública e privada; Consultoria em trabalhos e ações sociais; Atendimento à população em ações de assistência social não paternalista (UNIP, 2021).

Além das atividades principais, o *link* em questão, pontua que o curso tem apenas 3 anos e meio de duração e que para o bacharel em Serviço Social, após a sua formação, tem a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho nos seguintes espaços (hospitais, centros de saúde, varas da infância e da juventude, sindicatos, entidades filantrópicas, organizações não governamentais, empresas privadas, instituições de ensino superior, entre outras (UNIP, 2021).

Primeira questão que devemos observar é a duração do curso, ou seja, o mesmo tem apenas 3 anos e meio de duração, com uma carga horária de 3.040 horas. O aligeiramento da formação profissional no ensino superior, principalmente na modalidade de ensino a distância, ainda é um dos grandes gargalos para o Serviço Social, uma vez que, o aligeiramento da formação compromete a qualidade e descaracteriza as orientações defendidas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), quando explana que a instituição deve “Garantir carga horária mínima de 2.700 horas com duração média do curso de 4 anos, conforme Parecer nº 462/82 do CFE/MEC.” (ABEPSS, 1996, p. 20).

Ainda compartilhando das informações presentes na página institucional, podemos observar que o curso apresenta 45 disciplinas, distribuídas entre 22 docentes, que foram contratados entre 1996 a 2020, conforme dados disponíveis no *link*⁵ que disponibiliza informações acerca do PPC do curso de Serviço Social. O que nos chama a atenção é que as disciplinas são voltadas basicamente para as políticas setoriais como saúde, previdência, educação, assistência social, habitação etc. Além disso, disponibiliza apenas uma disciplina para tratar dos Fundamentos

⁵As informações detalhadas podem ser buscadas no site oficial da Universidade Paulista, disponível em: <https://www.unip.br/cursos/graduacao/tradicionais/servico_social.aspx>, Acesso em 03/06/2021.

Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, que no nosso ponto de vista, é uma das disciplinas mais complexas e estruturantes da graduação e que, talvez, uma apenas deixe de contemplar esse processo sócio histórico e fundamentos da profissão.

Assim como a disciplina acima citada, podemos observar que existe apenas uma disciplina direcionada à construção do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Com isso, fica a nossa dúvida: Como será que ocorre esse processo de orientação e construção do trabalho final, diante de uma disciplina que se torna essencial para o fechamento de uma formação profissional? São questionamentos e indagações que neste modelo de ensino aligeirado somos instigados a questionar e tecer nossas críticas.

Outro fato que nos chama a atenção é que do quadro de docentes disponíveis para o curso de Serviço Social, apenas 12 tem formação em Serviço Social. Enquanto que outros são formados em: Matemática, Comunicação Social, Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas, Administração, Física, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Direito, Odontologia, Enfermagem, Educação Física dentre outras áreas (UNIP, 2021). Não fica claro, em que disciplinas essas formações acabam atuando, mas, esta é a resumida realidade apresentada na página da Universidade Paulista.

Outro eixo do “Projeto Pedagógico do Curso” de Serviço Social da Universidade Paulista destaca as disciplinas que compõem a grade curricular. Disciplinas que são distribuídas com cargas horárias que variam de 20h até 450 horas, sendo esta última destinada à disciplina de Estágio Curricular. A respectiva grade curricular se aplica tanto às modalidades *Flex* quanto *Digital* (EaD), sendo esta última a nossa proposta de pesquisa.

Caminhando para as considerações finais a respeito da Universidade Paulista, não podemos deixar de pontuar que por mais que o PPC de um curso seja uma particularidade de cada instituição, minimamente as IES privadas na modalidade à distância deveriam disponibilizar nas suas páginas institucionais tal documento, para que o cidadão tivesse acesso, conhecesse e fizesse suas considerações. Mas, assim como a UNIP, outras instituições privadas não

disponibilizam, algo que se torna comum no EaD. No caso da UNIP, é disponibilizada na página oficial, uma observação que diz: “[...] o PPC está disponível nos polos de apoio presencial, no setor de atendimento e nas bibliotecas dos *Campi*.” (UNIP, 2021, p. 2). Sabemos que a omissão de informações nas instituições privadas que ofertam a modalidade à distância ou semipresencial (*flex*), mostra falta de transparência e compromisso com os próprios estudantes que estão inseridos nestas modalidades de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos neste trabalho, o ensino à distância, assim como a privatização do ensino, tem crescido consideravelmente a partir dos anos 2000, com o discurso de que isso é “democratizar” o ensino superior. Neste sentido, ressaltamos que,

Particularmente, a maior expansão do EaD representa a ampliação de um instrumento de ‘pseudodemocratização’ do acesso ao ensino superior, pois aumentou-se o número de vagas, mas com maior atenção ao interesse em atingir metas governamentais do que propriamente ampliar uma formação crítica. Desse modo, a virtualização do processo de ensino e aprendizagem promove um quadro de configurações às dinâmicas formativas, dimensionando uma ‘nova’ lógica aos processos pedagógicos, os quais tendem a aprofundar o caráter residual, pragmático e tecnicista na educação. Além disso, atua como indutor das configurações do papel do trabalho docente, haja vista a afirmação da figura de tutores em detrimento da figura do professor. (SILVA, 2016, p. 156-157).

Essa ampliação do ensino superior, sobretudo com a crescente privatização da educação e a massificação dos cursos por meio do ensino à distância, tem nos mostrado a tendência de o capital educacional ver nestas modalidades um lucrativo espaço de expansão. E para tal, esse mercado educacional recebe dos governos, consideráveis perdões de dívidas, isenções fiscais em troca de abertura de vagas para estudantes que participam dos programas de seleção e bolsas do governo federal e de certa forma aderidos pelas instituições privadas.

Neste sentido, podemos considerar que se torna expressiva a quantidade de instituições privadas em detrimento das universidades públicas. Torna-se um espaço lucrativo para os grandes empreendimentos educacionais privados, que espalham polos por todo o país com cursos baratos, sem qualidade, de formação aligeirada e acrítica. Esta é uma tendência não apenas brasileira, mas, mundial, em favor do

grande capital.

Apenas para mostrar esta realidade, no Brasil, por exemplo, considerando os dados disponíveis no Censo Educacional referente a 2019, aponta que das 2.608 universidades brasileiras, apenas 302 são públicas, e, 2.306 são privadas. A Região Norte, apresenta o menor número de instituições se comparada às demais regiões, sendo apenas 191 universidades, com apenas 24 públicas (17 federais, 05 estaduais e 02 municipais) e 167 privadas.

Em síntese, destacamos que toda essa contextualização acima, mostra o quanto estamos produzindo profissionais de “diplomas”, deixando de lado a qualidade e a formação crítica para investir em quantidade, bem distante da proposta de formação profissional em Serviço Social das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1966. Cabe a nós defensores de uma educação de qualidade e pública, buscar sempre lutar contra estas formas de aligeiramento educacional formativo apenas para atender aos interesses do grande capital, pois, como é sabido, não existe emprego para todos. O que estão fazendo com a educação, é grave, do ponto de vista do real sentido de uma universidade pública. Tudo isso leva a consequências e desafios para a formação profissional crítica e de qualidade, conforme preconiza as bandeiras de lutas das entidades do Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social. Brasília: ABEPSS, 1996.

CARIAGA, Maria Helena; SILVA, Maria José Antunes da. Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 125, p. 85-100, jan./abr. 2016.

CELESTINO, Sabrina. Formação profissional em Serviço Social: considerações sobre o estado do Tocantins. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

SANTOS, Rosemeire dos; RODRIGUES, Alana B. e BURGINSKI, Vanda Micheli. Formação em Serviço Social no estado do Tocantins no contexto da contrarreforma do Ensino Superior. *In: Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos.* (Org.) Edna Maria Goulart Joazeiro e Vera Batista Gomes.

Teresina: EDUFPI, 2020.

SILVA, Antônio Israel Carlos. Crítica à formação profissional em Serviço Social no ensino à distância. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2016, n. 37, v. 14, p. 150-173.

UNIDERP, Universidade Anhanguera. **Guia de Percurso da modalidade à distância**. Mato Grosso do Sul: 2018. Disponível: <https://www.uniderp.br/uniderp/pdf/mec/ead/20182_Docs/20182_bacharelados/2018_%202_Guia%20de%20Percurso_EaD_Servi%C3%A7o%20Social.pdf>, Acesso em 10/05/2021.

UNIP, Universidade Paulista. **Sobre o curso**. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://www.unip.br/cursos/graduacao/tradicionais/servico_social.aspx#sobre>, Acesso em 10/05/2021.

,